A MARGINALIZAÇÃO DA ESCRITA FEMININA: A TRAJETÓRIA DE OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELAS ESCRITORAS

MARGINALIZATION OF FEMALE WRITING: THE TRAJECTORY OF OBSTACLES FACED BY WRITERS

Ana Maria Soares Zukoski[1]
[https://orcid.org/0000-0001-6231-701X]
DOI: 10.30612/raido.v14i35.11070

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar um mapeamento das dificuldades que as escritoras encontram para se inserir na seara literária, isto é, no campo literário e no cânone. Tais dificuldades se refratam nas premiações literárias tendo por consequência uma lacuna na representação de obras escritas por mulheres, quase nunca pleiteadas. A partir disso, realizamos um levantamento sobre os *Prêmios:* Jabuti, Machado de Assis e Camões, a fim de verificar em que medida obras escritas por homens e mulheres são agraciadas pelos prêmios e como a disparidade entre essas representações sinalizam para a marginalização da escrita de autoria feminina. O trabalho está alicerçado nos pressupostos teóricos da Crítica Feminista e da Literatura de autoria feminina, com autores/as como Woolf (2014), Muzart (2011), Bourdieu (1996), Zolin (2015), Xavier (1999), Schmidt (1999), entre outros/as.

Palavras-Chave: Literatura de autoria feminina; Campo literário; Cânone; Premiações literárias.

ABSTRACT: The present work aims to present a mapping of the difficulties that the writers find to insert themselves in the literary space, that is, in the literary field and in the canon. These difficulties are refracted in literary awards, resulting in a gap in the representation of works written by women, almost never pleaded. Based on that, we carried out a survey on the *Awards:* Jabuti, Machado de Assis and Camões, in order to verify to what extent works written by men and women are graced by the awards and how the disparity between these representations signals the marginalization of writing by women. The work is based on the theoretical assumptions of Feminist Criticism and Literature of female authorship, with authors as Woolf (2014), Muzart (2011), Bourdieu (1996), Zolin (2015), Xavier (1999), Schmidt (1999), among others.

Keywords: Literature of female authorship; Literary field; Canon; Literary awards.

1 Doutoranda e mestra em Letras: Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Aluna do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estudos Literários pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar – Campus de Campo Mourão. Graduada em Letras Português/Inglês pela mesma instituição. Possui publicações científicas em periódicos e capítulos de livros na área de literatura contemporânea.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O final do século XIX e o início do século XX ficou conhecido pelo surgimento da Primeira Onda Feminista nos Estados Unidos e na Inglaterra. Esse período foi marcado pelo ativismo literário, cultural e político, sobretudo pela luta do direito ao voto. O principal nome dessa época, a escritora britânica Virgínia Woolf, ao escrever o ensaio sistematizado em livro *Um teto todo seu* (1929), formulado a partir de duas palestras proferidas por ela em uma faculdade de mulheres, causou forte impacto no movimento feminista, ao denunciar, de forma veemente, as condições das mulheres, ao longo dos séculos, para terem acesso ao mundo intelectual e à escrita, território predominantemente masculino.

O ensaio dispõe de uma personagem fictícia criada por Woolf, Mary Seton, que, ao longo de um dia, reflete sobre a temática: 'mulheres e ficção'. É por meio dessa personagem que a escritora britânica conduz as reflexões propostas no texto e formula a sua principal tese: "uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção; e isso [...] deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção" (WOOLF, 2014, p. 12). A questão financeira era algo bastante complicado se considerarmos que as leis de propriedade na Inglaterra do século XIX desfavoreciam as mulheres, inclusive impedindo-as de herdar patrimônios, nem dispor de nenhuma propriedade. Essas leis aparecem ilustradas em algumas obras de Jane Austen que refletem a sociedade vitoriana da época.

A complexidade da relação entre mulher e escrita está situada mais no campo social do que na inexistência de aptidões por parte das mulheres. As questões sociais como a necessidade de uma renda fixa e um espaço próprio refletem a condição de dependência financeira e a restrição ao âmbito privado da casa, situação na qual muitas mulheres ainda se encontravam, cumprindo as funções de mãe e de esposa. Apesar de circunscrita ao espaço privado, sem propriedades, as autoras não tinham nenhum lugar para chamar de seu.

Ao refletir a respeito das condições para a criação da arte, uma vez mais Woolf (2014, p. 41) questiona a condição feminina: "Por que os homens bebem vinho e as mulheres água? Por que um sexo é tão próspero e o outro tão pobre? Que efeito tem a pobreza na ficção?". As dúvidas levantadas pela pesquisadora suscitam uma série de reflexões que possuem como cerne a discriminação das mulheres e a hegemonia masculina. A prosperidade do sexo masculino foi edificada certamente na subjugação do sexo feminino que permaneceu excluído das mais diversas áreas, sendo necessário o surgimento das lutas feministas para inserir a mulher nesses campos, anteriormente exclusivos da autoridade masculina.

Dentre tais áreas, está situada a da escrita e do campo intelectual, vigorosamente resguardada pelo domínio masculino: "A única acusação que posso fazer contra estudantes e professores de qualquer universidade que seja é a de eles terem afugentado meu pequeno peixe para proteger seus gramados cultivados durante trezentos anos a fio" (WOOLF, 2014, p. 15). A metáfora empregada pela autora avulta o esforço do campo intelectual em excluir as mulheres de seu domínio, pois 'meu pequeno peixe' pode ser tomado como as ideias e aspirações femininas, ao passo que os 'gramados cultivados

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 77 – 91 | mai/ago 2020

durante trezentos anos' representa a tradição e os princípios dessa sociedade, assentada sobre os pilares do patriarcalismo. Quando os membros das universidades preferem 'afugentar' os 'pequenos peixes' que surgem, demonstram que as mulheres pensantes e produtoras de ideias e escritos não eram bem-vindas na academia e no campo intelectual como um todo. Essa relação construída por Woolf fala sobre um contraste inconciliável, pois peixes não podem viver em gramados, assim como as mulheres não podiam frequentar as bibliotecas e universidades.

A autora relaciona essa rejeição não ao motivo apresentado, a inferioridade feminina, mas justamente ao contrário. Ela declara que a necessidade de o homem, representante da academia, afirmar constantemente a inferioridade das mulheres reflete que talvez "ele estivesse preocupado não com a inferioridade delas, mas com a sua própria superioridade. Era isso que ele estava protegendo [...] porque era para ele uma joia do mais raro valor" (WOOLF, 2014, p. 53). Ao utilizar uma balança que coíbe a equidade, quanto mais características negativas e exclusões são depositadas no prato do sexo feminino deixando-o baixo, mais alto estará o prato do sexo masculino, retratando uma imagem que não condiz com a realidade.

Acerca dessa relação entre a degradação das mulheres para ressaltar a superioridade masculina, Woolf (2014) utiliza a imagem do espelho, para tornar mais nítida a problemática social que envolve essa questão: "As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural. Sem esse poder, provavelmente a terra ainda seria pântanos e selvas" (p. 54). Direcionar um olhar discriminatório às mulheres implica falso reconhecimento da superioridade masculina pelos próprios homens que, acreditando em tal falácia, sentem-se na incumbência de perpetuar essa ideologia, objetivando conservar essa posição confortavelmente privilegiada.

Além das dificuldades culturalmente construídas pelo ideário social, baseadas na diferença entre homens e mulheres, a ensaísta frisa a questão financeira, precária para as mulheres devido às poucas ocupações que podiam desenvolver: "ganhei algumas libras endereçando envelopes, lendo para senhoras idosas, fazendo flores artificiais, ensinando o á-bê-cê para crianças [...] Eram essas as principais ocupações disponíveis para as mulheres" (WOOLF, 2014, p. 57). As profissões destinadas às mulheres não poderiam, de alguma forma, alçá-las a uma autonomia, devido à baixa remuneração ofertada, além de se configurar como um instrumento de controle, por parte da hegemonia masculina.

Aquelas que conseguissem romper o cerco e produzir obras teriam ainda de enfrentar o julgamento parcial do mundo: "O mundo não dizia a ela, como dizia a eles: 'Escreva se quiser, não faz diferença para mim'. O mundo dizia, gargalhando: 'Escrever? O que há de bom na sua escrita?'" (WOOLF, 2014, p. 78). Aos homens, na pior das hipóteses, lhe seria reservado indiferença. Já quanto às mulheres, na melhor das conjecturas, seu trabalho seria questionado acerca de sua validade e relevância. Julgadas mais pela autoria do que pelo valor estético, as obras de autoria feminina foram delegadas à marginalidade e à invisibilidade. A produção das mulheres permaneceria, até os dias de hoje, cerceada por afirmações que dissuadissem a criação: "Sempre haveria uma afirmação dessas – você não pode fazer isso, você é incapaz de fazer aquilo – contra a qual protestar ou que se devia superar" (WOOLF, 2014, p. 80).

Consciente das adversidades, propositalmente elaboradas a fim de desencorajar o ingresso das mulheres no mundo da escrita, Woolf (2014, p. 109) recorre ao vigor da literatura: "A literatura está aberta para todos. [...] Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões, nem fechaduras, nem cadeados com os quais você conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento". Ao afirmar sua liberdade de pensamento, a escritora britânica encoraja o fortalecimento da escrita de autoria feminina que poderá desenvolver-se, sendo necessário antes lutar pelo seu reconhecimento.

A literatura também dispõe da funcionalidade de humanizar, como bem pontua Antonio Candido: "Toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído: e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção" (1989. p. 114). Portanto, mulheres produzindo literatura implicaria em processo de humanização que atingiria não apenas as escritoras, mas todos aqueles que tivessem acesso e lessem seus escritos. Também Woolf (2014) compartilha a mesma visão: "Assim, quando lhes peço que escrevam mais livros, estou a incitá-las a fazer o melhor para vocês e o melhor para o mundo como um todo" (p. 153). Tal afirmação, enunciada em uma de suas palestras, objetiva demonstrar às mulheres da plateia que o fato de elas já se encontrarem inseridas na universidade, por si, já lhes possibilita maiores oportunidades. Assim, Woolf as exorta a serem independentes e a pensarem por si mesmas, conscientizando-as da perspectiva de exercerem uma grande influência no futuro, por meio de suas lutas e principalmente de seus escritos.

2 CAMPO LITERÁRIO, CÂNONE E PREMIAÇÕES: MECANISMOS A SERVIÇO DO PODER PATRIARCAL

As dificuldades apontadas por Virginia Woolf em 1915 não foram superadas, mesmo com os avanços e melhorias que os movimentos feministas, por meio de lutas alcançaram: "No mundo andrôcentrico[2] em que vivemos, o lugar das mulheres da cultura está reservado a um plano secundário, seja pela falta de protagonismo no momento da produção cultural ou pela falsa representação das mulheres em sua diversidade" (VITÓRIA; ZELIC, 2015, p. 76). Quando se trata da produção realizada pelas mulheres, independente de qualquer que seja o campo das artes em questão, a invisibilidade está sempre a rondar, disposta a manter as mulheres longe do reconhecimento necessário para adentrar o campo intelectual enquanto protagonistas. Vitória e Zelic (2015, p. 89) afirmam que é imprescindível "unir as amplas possibilidades da literatura às múltiplas realidades percebidas pela ótica das mulheres, que por viverem em um sistema desigual, possuem outra perspectiva". Certamente, a literatura de autoria feminina exterioriza as mazelas enfrentadas pelas mulheres, mas não se reduz a isso, possuindo tanto valor estético quanto a literatura produzida por homens. Por isso, de acordo com as autoras "o incentivo à criação e difusão [...] é necessário para ampliar as possibilidades de encontro entre as vidas vividas, as narradas e as desejadas pelas mulheres de

2 O androcentrismo foi um termo criado pelo sociólogo Lester F. Ward em 1903 e estabelece relações com o patriarcalismo. Diferentemente do último, o primeiro não se atém apenas aos privilégios masculinos, pois é voltado para as perspectivas que consideram o homem como o cerne de análise do todo. De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu: "a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la" (2015, 18).

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 77 – 91 | mai/ago 2020

diversas partes do mundo" (VITÓRIA; ZELIC, 2015, p. 89). A falta de apoio dificulta a inserção das mulheres no campo literário, pois além de não incentivar a produção das mulheres, essas encontram barreiras nas etapas de publicação, devido à misoginia que permeia o campo editorial.

Essas dificuldades para publicar, encontradas pelas autoras, é de fácil percepção quando analisamos criticamente os catálogos de grandes editoras. A abundância de obras escritas por homens em contraposição à minoria de escritoras presentes é bastante nítida. Isso nos encaminha a ideia de que a autoria influencia diretamente na recepção da obra. O texto *Cultura Letrada: literatura e leitura* (2006) de Abreu aborda essa relação: "Faz toda a diferença [...] saber quem é o autor [...] A assinatura confere autoria à obra e a inscreve em uma convenção a partir da qual os críticos e o público especializados olham para ela" (ABREU, 2006, p. 45). A assinatura da mulher em sua criação artística ocasiona um olhar diferenciado para a obra, isto é, um novo critério é levado em consideração para a sua avaliação, e depreciação. Essa questão acarreta o problema de que é a assinatura feminina que se constitui como o motivo para a desvalorização da obra, ou seja, o texto não é avaliado pelos critérios estéticos, pois o fato de ser uma mulher a tê-lo escrito é o fator mais levado em consideração para a avalição.

Devido a essa negativa e intransigente acolhida, principalmente na esfera literária, muitas autoras, no decorrer do século XIX, buscaram nos pseudônimos masculinos, dar uma chance a suas obras de serem avaliadas de forma imparcial, como é o caso de Charlotte Brontë, escritora do famoso romance *Jane Eyre*, publicado em 1847, sob o pseudônimo Currer Bell. Para Duarte, o uso desse recurso por parte das mulheres servia como uma "forma de driblar a crítica e os leitores e, ao mesmo tempo, se protegerem da opinião pública" (1997, p. 54). Assim sendo, a publicação do romance *Jane Eyre*, com uma suposta autoria masculina, possibilitou que acontecesse o reconhecimento do valor estético da obra, que se estabeleceu como um grande sucesso logo após sua publicação. Do contrário, se tivesse sido publicado sob o nome real da autora, é provável que o romance não tivesse sido avaliado de forma justa. Outra autora que não conseguiu reconhecimento pela sua obra foi Mary Anne Evans, que se utilizou do pseudônimo George Elliot, tendo publicado *Midllemarch* (1872) sob um nome masculino. É significativo que a autora tenha lançado mão de tal recurso e, diferentemente de outras autoras, não tenha assumido seu verdadeiro nome posteriormente. Suas obras abordavam a questão da voz da mulher por meio de suas personagens que também possuíam aspectos autobiográficos.

Duarte aborda essa e outras dificuldades encontradas pelas mulheres para publicar suas obras no texto "O cânone e a autoria feminina" (1997). A pesquisadora coloca luz no nome de inúmeras autoras como Maria da Felicidade do Couto Browne, Auta de Souza e Emily Dickinson, que não conseguiram ter suas obras publicadas em vida devido à desvalorização e controle dos homens que as cercavam. Essa última tendo publicado apenas três poemas quando viva e tendo reconhecimento após sessenta anos de sua morte. Duarte (1997) comenta sobre o fato de um escritor apagar as possibilidades de reconhecimento de escritoras da mesma família: "Não é por acaso que de algumas só se sabe que foi 'irmã de Balzac', 'esposa de Musset', ou 'mãe de Lamartine' e mal se conhecem seus nomes ou seus escritos" (p. 55). Estarem à sombra desses grandes homens, acabou por sufocar essas escritoras, sobretudo, em virtude das relações familiares não fomentar o surgimento de outros escritores, principalmente, se fossem mulheres. A

essas escritoras, apagadas pelas sombras, nem mesmo o próprio nome foi permitido conhecer, permanecendo ligadas ao nome daquele que as ofuscava. Tal ligação maximiza o ideário de que as mulheres só poderiam ser conhecidas como posse de algum homem, seja marido, pai ou irmão, como é o caso de Elizabeth Barrett Browning, que ficou mais conhecida pelo seu casamento do que pelas suas obras.

O contexto de produção e difusão das obras de autoria feminina europeias manifestava-se de forma bastante hostil contra essas autoras brancas, no entanto, a situação das mulheres negras, indígenas, entre outros grupos minoritários configurava-se como ainda mais complexo, devido ao peso de duplas e triplas formas de opressão que recaíam sobre esses grupos; em outras palavras, se para as mulheres brancas já era difícil escrever e publicar, para as representantes dos demais grupos minoritários era mais ainda.

O século XX foi de suma relevância para os movimentos feministas, devido à ascensão das mulheres nos mais diversos campos. Muzart discorre sobre alguns dos avanços das autoras: "Somente nesse século, as escritoras foram conquistando um espaço maior, pois mesmo que tenham publicado no século XIX, faltou-lhes algo importante: o respeito não como senhoras distintas mas como distintas escritoras" (2011, p. 19). Mesmo tendo sido um século bastante produtivo, a produção literária feminina não se iniciou exclusivamente nesse século no Brasil. Contrariamente, houve um número abundante de escritoras brasileiras no século XIX, contudo, essas foram condenadas à invisibilidade até Muzart realizar o trabalho de resgatá-las. Os resultados da pesquisa foram sistematizados sob o título *Escritoras brasileiras do século XIX: antologias* contando com três volumes e apresentando em suas mais de novecentas páginas o espantoso número de mais de cem autoras, apagadas pelo tempo e pelo preconceito. Schmidt (2019, p. 66) discorre sobre a importância desse trabalho de resgate que "chegou para romper o monólogo masculino, nas palavras de Mary Louise Pratt, 'ou, pelo menos para desafiar a sua reivindicação de monopólio da cultura, da história e da autoridade intelectual'".

A produção feminina, apesar de numerosa, enfrentava (e ainda enfrenta) a dificuldade de adentrar o campo literário. Muzart (2011), ao analisar os manuais de teoria literária, ratifica que "as mulheres estão segregadas num capítulo [...]. Parece-nos que, embora fique evidente o esforço para incluí-las para que sejam aceitos os seus nomes, há ao mesmo tempo uma divisão que as coloca no limbo" (p. 20). As poucas escritoras que conseguiram romper o cerco e entrar no campo literário, não possuem o mesmo prestígio e reconhecimento dos autores homens. Separá-las em um único capítulo nesses manuais de teoria literária, configura uma nova forma de exclusão, isto é, colocam todas as escritoras em uma parte restrita do livro apenas para não haver reclamações sobre a falta da representatividade feminina. Essa divisão não agradou as mulheres que escrevem, pois reflete que não há uma verdadeira incorporação dos escritos de autoria feminina, revelando que a diferença entre homens e mulheres continua sendo utilizada para marginalizar as últimas.

Bourdieu, em *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (1996) nos apresenta conceito de campo literário e tece reflexões sobre o mesmo a partir do romance de Flaubert e das poesias de Baudelaire. O teórico compreende campo literário como "uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismos etc) entre posições" (BOURDIEU, 1996, p. 261). O crítico constrói, ao longo da obra, a tese de que é necessário fazer parte do 'jogo' literário e

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 77 – 91 | mai/ago 2020

para conseguir jogar é necessário compreender como essas relações decorrem e, assim atender as regras, adentrando o campo literário, destacando que se trata de "um campo de forças a agir sobre todos aqueles que entram nele, e de maneira diferencial segundo a posição que aí ocupam" (p. 262). O campo literário, com suas complexas relações, procede de forma diferenciada conforme quem ou o *status* que a pessoa que conseguiu adentrar dispõe.

O 'jogo' literário ao qual o público leitor, os agentes literários, o mercado, os editores, e, principalmente, os escritores precisam aprender a jogar está subordinado aos esquemas de percepção e apreciação que "estruturam a percepção do jogo e das apostas e reproduzem em sua lógica própria as divisões fundamentais do espaço das posições (por exemplo, arte 'pura'/ arte 'comercial', 'boêmio'/'burguês', 'margem esquerda'/ 'margem direita' etc)" (BOURDIEU, 1996, p. 267). Certamente, compreender a lógica do jogo é fundamental, para que o autor consiga preencher os requisitos que o colocarão dentro do campo literário. Contudo, a própria lógica do jogo já prevê divisões, que dificultarão ou facilitarão a entrada.

Sobre a estrutura do campo literário brasileiro, Miceli (apud ZOLIN, 2015, p. 103) coloca que essa foi concebida durante as primeiras décadas do século XX e está alicerçada, não somente em instâncias de legitimação e classificação, artísticas e literárias, como o mercado editorial, as academias literárias, a imprensa e as revistas culturais, porém, especialmente, na relação de sujeição com o Estado, que interferia de forma significativa, solicitando a inserção de autores específicos na lista das editoras até meados dos anos 1930.

Zolin, em "O habitus e o espaço dos possíveis: a literatura de autoria feminina paranaense/brasileira" (2015) problematiza questões contundentes sobre o campo literário conceituado por Bourdieu, afunilando as discussões para a ficção feminina. Se o campo literário reconhece determinados autores é porque eles "conseguiram internalizar o habitus que lhe confere os contornos [...] adquiriram o conhecimento necessário acerca dos sistemas que regem o campo, convertendo-os no capital simbólico responsável pela inserção deles aí" (ZOLIN, 2015, p. 104). Mas será que, para as mulheres que escrevem, basta saber jogar o 'jogo' literário? Para Zolin, "no caso das escritoras paranaenses, não se trata apenas de ter talento para jogar com o habitus do campo, assimilando-lhe o funcionamento, lançando mão dele em favor de si, há que se conquistar, antes, o direito de jogar" (2015, p. 104).

Ao que nos parece, todas as escritoras, não apenas as paranaenses, encontram um obstáculo a mais do que os homens quando dessa empreitada, isto é, precisam lutar primeiro pelo direito de poder participar do jogo. Daí, a primeira dificuldade para a inserção das mulheres no campo literário brasileiro, que se estabelece enquanto um espaço excludente.

Regina Dalcastagnè coordenou uma pesquisa que focalizava a representação da personagem no romance brasileiro, compreendendo como *corpus* os romances publicados entre 1990 e 2004, por três grandes editoras do Brasil: Companhia das Letras, Editora Record e Editora Rocco. Os resultados elucidaram que o campo literário apresenta uma perspectiva "social enviesada, tanto mais grave pelo fato de que os grupos que estão excluídos da voz literária são os mesmo que são silenciados nos outros espaços de produção do discurso – a política, a mídia, em alguma medida ainda o mundo

acadêmico" (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 64). Ao demonstrar, por meio dos resultados, que determinados segmentos sociais permanecem marginalizados e excluídos do âmbito literário, e dos demais meios que possibilitariam um direito à voz, o campo literário brasileiro deslegitima os escritos de minorias como as mulheres, os negros, os indígenas e os homossexuais, entre outros.

A pesquisa 'A literatura de autoria feminina paranaense', mesmo que restrita à produção literária do Estado do Paraná, dirigida por Zolin, aponta para a dificuldade das mulheres em se inserirem no campo literário. De 563 obras catalogadas, 55%, ou seja, 310 obras foram produzidas por meio de edições independentes, isto é, custeadas pelas próprias autoras ou por iniciativas particulares. Isso "é sinal de que a barreira do habitus do campo literário brasileiro [...] não tem sido facilmente assimilada pelas escritoras [...] apontando para a necessidade de democratização do fazer literário" (ZOLIN, 2015, p. 105). Romper o cerco misógino que envolve o campo literário não é uma tarefa simples e não depende do valor estético das obras de literatura de autoria feminina; contrariamente, diz respeito a um problema dos âmbitos social e cultural.

A dificuldade para a inserção das autoras no campo literário é imensa. Contudo, no que tange ao cânone elas se multiplicam, uma vez que é ele que seleciona e determina quais obras literárias possuem alto valor estético e são dignas de serem consideradas como clássicos. De acordo com Reis, "o conceito de cânon implica um princípio de seleção" (1992, p. 70). Ao acarretar um 'princípio de seleção', o cânone é transformado em um mecanismo de exclusão, estando vinculado ao poder e as questões sociais. A aquele que é investido o poder de selecionar, o fará a partir de seus pressupostos e interesses, ideologicamente marcados.

Portanto, "[o cânone] está a serviço dos mais poderosos, estabelecendo hierarquias rígidas no todo social e funcionando como uma ferramenta de dominação" (REIS, 1992, p. 73). Percebemos aí o legitimar da perpetuação da exclusão de determinados grupos sociais, étnicos e sexuais, e que esse mecanismo está assentado nos pressupostos ideológicos do patriarcalismo e da dominação masculina. Para Reis (1992, p. 73), o maior problema não se situa no *corpus* dos textos canonizados, mas sim, no próprio processo de canonização, intrinsecamente ligado às malhas de poder, que precisam ser desfeitas. Não basta, simplesmente, inserir algumas obras de autoria feminina, negra, indígena ou homossexual no cânone para que esse se democratize. É necessário, primeiramente, compreender e desfazer as questões sociais e de poder que envolvem esse mecanismo, transformando-o de opressor a democratizador.

A premência de problematizar o cânone e seus mecanismos de poder é abordada por Xavier, no texto "Para além do cânone" (1999). De acordo com a pesquisadora (p. 15) se "atentarmos para o fato de que [...] há sempre um mecanismo que controla os meios de representação, estabelecendo conexões entre saber e poder político, nos damos conta da importância de se questionar aquelas categorias". Uma vez desnudada as relações com o poder e a dominação masculina, é necessário o questionamento dessas categorias, que tem por função, manter a produção feminina, entre outras, à margem, tanto do cânone como do campo literário. A indagação sinaliza a tentativa de desfazer, ou ainda, aniquilar as malhas de poder e possibilitar a popularização da literatura. Todavia, essas redes de poder foram muito bem construídas e assentadas no discurso ideológico patriarcal, e rompê-las demanda um longo e árduo processo.

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 77 – 91 | mai/ago 2020

A relutância em aceitar que as mulheres escrevem obras literárias de grande valor estético é evidenciada nas premiações literárias que praticamente não condecoram autoras. Com o intuito de fundamentar a asserção sobre a dificuldade de inserção de escritoras no campo literário e no cânone, constatamos que os nomes laureados nos três principais prêmios de literatura em língua portuguesa são masculinos: *Prêmio Jabuti*, *Prêmio Machado de Assis* e *Prêmio Camões*. Os dois primeiros, restritos à produção brasileira, e o terceiro contemplando toda a produção literária em língua portuguesa.

O *Prêmio Jabuti*[3] foi idealizado pelos dirigentes da Câmara Brasileira do Livro, representados pelo presidente Edgar Cavalheiro e pelo secretário Mário da Silva Brito por volta de 1958, época obscura devido à falta de recursos e de baixa circulação para o mercado editorial. Teve sua primeira edição em 1959 e segue premiando autores até os dias de hoje. Possui maior abrangência que os demais prêmios, pois valoriza não apenas os escritores, mas enfatiza a qualidade do trabalho de todos os segmentos enredados na criação e produção de livros. Devido a essa grande amplitude, detivemos a análise que segue apenas a uma categoria: romance.

Nessa categoria, no período entre 1959 a 2019, o *Prêmio Jabuti* distribuiu 115 prêmios. Desse total, 96 premiados são do sexo masculino, correspondendo a 83,4%. Apenas 19 prêmios foram destinados a mulheres que escreviam[4], representando 16,6%. A produção literária de autoria feminina não alcançou nem 20% de reconhecimento pelos críticos e especialistas em literatura, responsáveis pela avaliação e premiação das obras. 96 autores premiados *versus* 19 autoras premiadas evidencia o quão pequena é a inserção das mulheres no campo literário, aproximadamente 4 vezes menor do que a participação masculina. Essa baixa representatividade de mulheres escritoras premiadas denota que as obras, por elas produzidas praticamente não circulam no campo literário, com uma recorrência ainda menor no âmbito acadêmico, permanecendo no limbo da invisibilidade. Isso justifica a falta de autoras contempladas, pois obras que não alcançam o reconhecimento ao menos no campo literário, não serão objeto de análise para premiações. Em algumas edições o *Prêmio Jabuti* estabeleceu as categorias de 1°, 2° e 3° lugar. A tabela a seguir sistematiza a quantidade de premiados por categorias, separada pelo sexo.

Tabela 01 – Sexo da(o) autora(or) x Classificação

Sexo da(o) autora(or) x Classificação	1° lugar	2° lugar	3° lugar	Menção Honrosa	Sem colocação	TOTAL
Masculino	16	17	13	2	48	95
Feminino	3	1	4	0	11	19
TOTAL	19	18	17	2	59	115

Fonte: Prêmio Jabuti

3 Informações retiradas do site: <https://www.premiojabuti.com.br/historia/>. Acesso em 12 fev. 2019.

4 As autoras agraciadas com o Prêmio Jabuti foram: Maria de Lourdes Teixeira (1961 e 1970); Lenita Miranda de Figueiredo (1971); Lygia Fagundes Telles (1974); Clarice Lispector (1978); Maria Adelaide Amaral (1987); Maria Alice Barroso (1989); Zulmira Ribeiro Tavares (1991); Raquel de Queiroz (1993); Sônia Coutinho (1999 com o 2° lugar); Patrícia Melo (2001); Ana Miranda (2003); Nélida Piñon (2005 com o 1° lugar); Beatriz Bracher (2008 com o 3° lugar); Verônica Stigger (2014 com o 3° lugar); Maria Valéria Rezende (2015 com o 1° lugar e 2017 com o 3° lugar); Sheyla Smanioto (2013 com o 3° lugar) e Carol Bensimon (2018).

Os resultados expostos na tabela evidenciam que a representatividade feminina na principal colocação, 1° lugar, é bastante restrita, tendo apenas 3 romances de autoria feminina alcançado essa colocação, em contraposição a 16 romances de autoria masculina, um total de mais de 5 vezes maior. A porcentagem de mulheres que alcançaram o primeiro lugar está muito próxima à calculada quando consideramos todos os romances premiados, independentemente de classificação, permanecendo um contundente distanciamento entre homens e mulheres que escrevem. O fato de apenas 3 autoras terem sido premiadas em 1° lugar demonstra como é custoso reconhecer o trabalho de uma mulher como o melhor e, sobretudo, melhor do que o de homens.

Dentre as escritoras premiadas, em números, são 17 mulheres, pois duas das autoras foram premiadas duas vezes: Maria Valéria Rezende venceu a primeira vez, na colocação 1° lugar em 2015 com o romance *Quarenta dias* e a segunda vez, na colocação 3° lugar em 2017 com a obra *Outros Cantos*, e Maria de Lourdes Teixeira, campeã em 1961 com o romance *Rua Augusta* e também em 1970 com a obra *O Pátio das Donzelas*. Receber um prêmio, com a notoriedade do *Prêmio Jabuti*, oportuniza de forma significativa a inserção da autora no campo literário, o que explica o fato de duas autoras terem sido premiadas mais de uma vez.

A Academia Brasileira de Letras promoveu importantes premiações literárias, entre elas: *Prêmio Machado de Assis, Prêmio José Lins do Rego, Prêmio Francisco Alves, Prêmio Abgar Renault*, entre outros. Salta aos olhos que os nomes dos prêmios homenageiam grandes escritores brasileiros. Não desprezando o mérito de tais autores, surgem as seguintes indagações: No Brasil, não existem escritoras dignas de serem homenageadas, batizando com seus próprios nomes os Prêmios orquestrados pela Academia Brasileira de Letras? Por que os prêmios agraciam apenas os escritores? Esses questionamentos desembocam novamente na questão da segregação das mulheres que escrevem e de seus escritos. Reconhecemos a grandiosidade dos autores, mas é inverossímil que inexistam escritoras com, minimamente, o mesmo talento literário que os homens. O fato de apenas escritores terem seus nomes vinculados aos prêmios literários demonstra que o preconceito em relação às escritoras ainda permeia os bancos da Academia Brasileira de Letras. O machismo é evidenciado com o fato de Raquel de Queiroz, a primeira mulher a ocupar uma cadeira, ter conseguido ingressar apenas em 1977, isto é, 80 anos após a fundação da Casa.

Em 1911, foi criado o *Prêmio Machado de Assis*,[5] idealizado para ser distribuído anualmente e julgado por uma comissão, que definiria o nome do campeão. O site da Academia Brasileira de Letras disponibiliza os campeões do referido prêmio, pelo período de 1941 a 2017. Ao todo, foram distribuídos o total de 72 prêmios, sendo 63 conferidos a autores do sexo masculino, correspondendo a 87,5% e apenas 9 atribuídos a escritoras,[6] totalizando 12,5%. A discrepância entre a quantidade de prêmios outorgados a homens e a mulheres, escritores por profissão, evidencia, assim como no caso do *Prêmio Jabuti*, que as autoras não conseguem com que suas obras alcancem o mesmo nível de circulação que as obras de autoria masculina.

5 Informações retiradas do site: http://www.academia.org.br/academia/premios Acesso em 12 fev. 2019.

6 As autoras homenageadas com o *Prêmio Machado de Assis* foram: Tetra Teffé (1941); Dinah Silveira de Queiroz (1954); Raquel de Queiroz (1958); Cecília Meireles (1965); Carolina Nabuco (1978); Gilka Machado (1979); Henriqueta Lisboa (1984); Maria Clara Machado (1991) e Ana Maria Machado (2001).

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 77 – 91 | mai/ago 2020

O *Prêmio Camões de Literatura*,[7] estimado como o mais importante prêmio da língua portuguesa, foi instaurado em 1988 e objetiva consagrar um autor pelo conjunto de sua obra. Para isso, a obra precisa ter colaborado para o engrandecimento do patrimônio literário e cultural lusófono. Compreende autores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, integrando em sua comissão julgadora representantes de Brasil e Portugal, além dos demais países que possuem como idioma oficial a língua portuguesa.

De 1988 a 2019, o *Prêmio Camões* distribuiu o total de 31 prêmios, 25 sendo concedidos a autores, somando 80,6% e apenas 6 foram conferidos a escritoras,[8] correspondendo a 19,4%. Novamente, está presente um abismo entre o número de mulheres e de homens premiados, denunciando que a dificuldade para inserção no campo literário não é uma particularidade das escritoras brasileiras.

Os países com representantes premiados foram: Brasil, Portugal, Moçambique, Angola e Cabo Verde. O Brasil foi o mais premiado, conquistando 13 prêmios, seguido por Portugal com 11, Moçambique com 3 e Angola e Cabo Verde, com 2 prêmios cada. A tabela a seguir sistematiza os resultados, apresentando, além dos prêmios por países, o sexo da(o) autora(or) premiada(o).

Tabela 02 – Sexo da(o) autora(or) x País de origem da(o) autora(or)

Sexo da(o) autora(or) x País de origem da(o) autora(or)	Brasil	Portugal	Moçambique	Angola	Cabo Verde	TOTAL
Masculino	11	7	3	2	2	24
Feminino	2	4	0	0	0	6
TOTAL	13	11	3	2	2	31

Fonte: Prêmio Camões

Os resultados demonstram que dos 5 países premiados, apenas 2 foram representados por mulheres, e não coincidentemente, os 3 países que menos possuem prêmios, são geograficamente localizados no continente africano. Para as autoras africanas, outro obstáculo é somado para além do gênero: o fato de serem mulheres negras. Escritoras africanas com obras literárias expressivas como as escritoras provenientes do país São Tomé e Príncipe: Alda do Espírito Santo e Manuela Margarido e as moçambicanas Noémia de Souza e Paulina Chiziane não foram agraciadas com o prêmio, apesar de possuírem obras de rico valor estético e literário. A cor da pele e o sexo são utilizados para marginalizar duplamente essas mulheres, que não conseguem com que seus escritos alcancem um alto nível de circulação no campo literário.

Esse duplo preconceito que as mulheres negras precisam enfrentar não está restrito apenas ao continente africano. No Brasil, temos o recente exemplo da escritora Conceição Evaristo, que em 2018 candidatou-se para uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Se tivesse ganhado, ela seria a primeira escritora negra a fazer

7 Informações retiradas do site: <https://www.bn.gov.br/explore/premios-literarios/premio-camoes-literatura>. Acesso em 12 fev. 2019.

8 As autoras escolhidas para receber o Prêmio Camões foram: Raquel de Queiroz (1993); Sophia de Mello Breyner Andresen (1999); Maria Velho da Costa (2002); Agustina Bessa-Luís (2004); Lygia Fagundes Telles (2005) e Hélia Correia (2015).

parte desse seleto grupo de escritores renomados. Contudo, Evaristo, recebeu apenas 1 voto, ao passo que Cacá Diegues recebeu 22 e Pedro Corrêa do Lago 11. Mesmo com uma campanha que colheu 25 mil assinaturas *on-line*, em apoio da candidatura da escritora negra, a Academia Brasileira de Letras demonstrou ser um espaço misógino e racista.

Os dois únicos países que tiveram autoras premiadas foram o Brasil e Portugal. A diferença entre ambos é contundente, pois mesmo tendo um título a menos, Portugal teve o dobro de autoras premiadas. As mulheres portuguesas correspondem aproximadamente a 36,36%, ao passo que as brasileiras ficam restritas a um número bem menor: 15,38%. A representatividade de escritoras portuguesas está distante do ideal, mas se comparado com a brasileira, elas conseguem, em alguma medida, uma maior inserção no campo literário.

Ao cruzar os dados referentes aos *Prêmios: Jabuti, Machado de Assis* e *Camões*, há um total de 218 premiações. Desse total, apenas 30 foram destinados a escritoras, totalizando aproximadamente 13,76%, sendo 25 o número de mulheres que receberam os prêmios e a diferença justificada pelo fato de algumas autoras terem sido premiadas mais de uma vez, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 03 – Quantidade de prêmios por autora

Quantidade de prêmios	Freq.	%
Um	21	84,0%
Dois	3	12,0%
Três	1	4,0%
TOTAL	25	100%

Fonte: Prêmios Jabuti, Machado de Assis e Camões

Raquel de Queiroz foi a autora mais premiada, tendo ganhado uma edição de cada um dos prêmios. A conquista desses prêmios possibilitou que a obra da escritora alcançasse a visibilidade, motivo que empreendeu, além do alto valor estético de suas obras, sua representação no cânone da literatura brasileira, recebendo o merecido reconhecimento pelos seus escritos[9]. Assim como Raquel, Lygia Fagundes Telles também conseguiu romper com as malhas de poder e preconceito, e foi campeã duas vezes, laureada nos prêmios: *Jabuti e Camões*.

Maria Valéria Rezende e Maria de Lourdes Teixeira, bicampeãs no ,, não atingiram o mesmo *status* que as duas primeiras escritoras, canonizadas pela crítica literária brasileira. Maria de Lourdes Teixeira acabou sucumbindo no esquecimento, sem ter suas obras estudadas e lidas nas academias e nas escolas. Já Maria Valéria Rezende vem despontando na seara literária contemporânea com seus escritos constando na lista de obras literárias exigidas para o vestibular de diversas universidades. Assim, a importância de ter suas obras reconhecidas pelo campo literário se desnuda, pois se

9 Seu último romance publicado, *Memorial de Maria Moura*, a exemplo da obra de Jorge Amado, foi transformado em minissérie pela Rede Globo, alcançando um grande sucesso e sendo exibida dois anos após a sua publicação, em 1994.

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 77 – 91 | mai/ago 2020

as mulheres não forem reconhecidas como escritoras, a marginalização continuará a permear a literatura de autoria feminina.

3 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Mulheres e palavras: desde sempre uma sinuosa relação. As diversas curvas que precisaram ser superadas para que as primeiras tivessem acesso às segundas devem-se aos aspectos sociais, forjados nos braços do patriarcado que procurava afastar o sexo feminino do âmbito intelectual. Conforme explica Didier (apud Figueiredo, 2013), "a escrita feminina constitui um ponto de tensão entre o desejo de escrever e uma sociedade que manifesta [...] uma hostilidade sistemática ou de forma atenuada (ironia ou depreciação)" (p. 72). Ainda na contemporaneidade, conseguimos visualizar essa hostilidade contra os escritos das mulheres, por meio das barreiras encontradas no mercado editorial, e até mesmo nas premiações literárias, pois a ficção de autoria feminina não atinge mais do que 20% do total de prêmios distribuídos, como procuramos demonstrar por meio das reflexões suscitadas nesse artigo.

O campo literário, o cânone e as premiações literárias têm servido aos pressupostos patriarcais, pois são grandes as dificuldades que as escritoras precisam superar para adentrar esses domínios intelectuais. Gradativamente, as mulheres que escrevem vão se inserindo nesses âmbitos, por meio das brechas que anos de resistência e luta acabaram por escavar. Daí a importância da pesquisa acerca dos trabalhos de escritoras, o que propicia "visibilidade à autoria feminina e assim, reconstruir a voz da mulher e suas representações" (SCHMIDT, 1999, p. 37), que durante tanto tempo foi moldada a partir da ótica masculina. Está na hora de deixar as mulheres falarem por si mesmas e, por isso, é fundamental saber ouvi-las.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Cultura letrada: literatura e leitura. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 125 p.

BIBLIOTECA NACIONAL. Prêmio Camões de Literatura. 2019. Disponível em: https://www.bn.gov.br/explore/premios-literarios/premio-camoes-literatura Acesso em: 28 fev. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 160 p.

BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 431 p.

CANDIDO, Antonio. Direitos humanos e literatura. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n.º 26. Brasília, julho-dezembro de 2005, pp. 13-71.

DIDIER, Béatrice. L'écriture-femme. Paris: PUF, 1981.

DUARTE, Constância Lima. O cânone e a autoria feminina. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (org.). Mulheres e literatura: (trans)formando identidades. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. pp. 53-60.

FIGUEIREDO, Eurídice. Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção, autoficção. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. 246 p.

MICELI, Sérgio. Nacional estrangeiro: história cultural e social do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A ascensão das mulheres no romance. In: ALVES, Aline et al. A escritura do feminino: aproximações. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. pp. 17-27.

PRATT, Mary Louise. Don't interrupt me: The gender essay as conversation and counter-cannon. Revista Brasileira de Literatura Comparada, n. 4, 1998.

PRÊMIO JABUTI. Premiados por edição. 2019. Disponível em: <https://www.premiojabuti.com.br/premiados-por-edicao/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

PRÊMIO MACHADO DE ASSIS. Prêmios Literários da ABL. 2019. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academia/premios>. Acesso em: 12 fev. 2019.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (org.). Palavras da crítica. Rio de Janeiro: Imago, 1992. pp. 65-92.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 65-79.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Recortes de uma história: A construção de um fazer/saber. In: RAMALHO, Christina (org.). Literatura e feminismos: propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo, 1999. pp. 23-40.

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 14 | n. 35 | p. 77 – 91 | mai/ago 2020

VITÓRIA, Carla; ZELIC, Helena. A cultura das mulheres muda o mundo. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015. pp. 75-95.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** São Paulo: Tordesilhas, 2014. 189 p.

XAVIER, Elódia. Para além do cânone. In: RAMALHO, Christina (org.). **Literatura e feminismos:** propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo, 1999. pp. 15-22.

ZOLIN, Lúcia Osana. O **habitus** e o espaço dos possíveis: a literatura de autoria feminina paranaense/brasileira. In: VÁSQUEZ, Raquel Bello (org.) et al. **Estudos da AIL em Literatura, História e Cultura Brasileiras.** Coimbra: Ail Editora, 2015. pp. 103-108.

Recebido em 03/03/2020
Aceito em 26/05/2020